



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639271 - MG (2021/0006100-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DANIEL CORTEZ BORGES E OUTRO
ADVOGADOS : DANIEL CORTEZ BORGES - MG098515
ALESSANDRO HARLEY FERREIRA - MG089784
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAULO HENRIQUE BATISTA MACHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO HENRIQUE BATISTA MACHADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.587959-6/000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes descritos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 12 da Lei n. 10.826/2003.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Os impetrantes sustentam que a prisão decretada seria ilegal, haja vista que o decreto preventivo não demonstrou a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Aduzem que, diante das circunstâncias do fato e do agente, a custódia decretada poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com ou sem a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, considerando que os elementos explicitados para manter o decreto preventivo em desfavor do paciente mostram-se concretos (fls. 110-113).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente